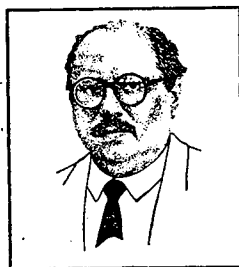


Final de ano, os sinais do plano



A inflação baixa e o frango barato é a realidade que sustenta o programa

Refletindo sobre a decepção diante da inflação mais baixa dos últimos 40 anos, alguém já comparou a estabilização com a saúde. Quando não se tem, não há nada mais valioso, mas quando se tem, nada há de mais trivial. Seria ridículo cumprimentar-se alguém diariamente pelo simples fato de ser saudável, pois a saúde é um estado agradável, mas que não impede a falta de amor, de sorte, de imaginação, de valores morais ou de simples capacidade de ser feliz. Economias estabilizadas, como pessoas que recuperam a saúde, irão em busca de objetivos maiores, como o crescimento, a justiça social, os valores éticos e a própria identidade nacional que resultam ser degradados por uma convivência longa com as incertezas, as ilusões e as espertezas da alta inflação.

O comportamento das vendas e dos preços no ano de 1995 sintetiza o que deu certo e o que não funcionou no Plano Real. Sinaliza as fraquezas (crédito conservador, juros elevados, indústria em crise, pessimismo quanto ao crescimento, exportações pouco dinâmicas) e a força (distribuição social dos benefícios, consumo de alimentos em alta com preços em baixa, reservas internacionais abundantes e, principalmente, vitória da estratégia de estabilização sobre os mal-entendidos de apenas um ano atrás).

A pergunta relevante nesse início de ano é: o balanço desses sinais justifica algum otimismo quanto à continuidade do processo? Ou as fissuras que podem ser vistas nas paredes, provocadas pelo déficit do governo e pelos conflitos políticos no seio da aliança go-

vernista, serão suficientes para soar o alarme quanto à predominância das falhas estruturais? A prova do pudim da capacidade de crescer estará no sabor, desde que não abusemos das quantidades, pois pode provocar desarranjos e levar a um novo ciclo de stop and go na política de demanda.

Há um generalizado otimismo quanto à inflação esperada e quanto à sustentabilidade da posição de reservas internacionais.

Por detrás da primeira, a liberdade de preços por cerca de dois anos sem controles artificiais é sem dúvida fonte de otimismo. Por detrás da segunda, há a flexibilidade da política cambial sem recuos na liberalização financeira e sem grande volatilidade no câmbio.

A política monetária mostrou-se em 1995 potente para conter o nível de atividade. Mas para fazer isso, teve o Banco Central de praticar um controle de crédito através dos juros e dos compulsórios que levou a um overshooting na inadimplência bancária e nas taxas de juro. Os instrumentos de controle monetário mostraram-se, assim, muito grosseiros em um país sem tradição de política monetária e sem passivos longos, tanto do governo, quanto do setor privado. O resultado é que o desgaste produzido tanto na economia, quanto no governo, tem custos elevados, cujas consequências ainda não podem ser corretamente avaliadas. Dívidas de prazos longos, que são essenciais para aumentar a potência da política monetária, entretanto, só se produzem de forma gradual, caso contrário corre-se o risco de um crescimento insustentável das compras de bens de consumo.

O crédito imobiliário, o financia-

mento para a aquisição de bens duráveis de consumo e o financiamento das exportações deverão ser os principais fatores responsáveis pelo impulso de demanda para o crescimento do emprego, dos investimentos e do nível de atividade nos próximos anos. Para que se recomponham estes mercados de crédito, entretanto, é essencial que se recupere a confiança nos instrumentos financeiros e que possa ser diminuída a taxa de juros, sem gerar excesso de demanda ou fuga de capitais. A maior força para sustentar este cenário de recuperação é a expectativa de inflação anual em torno de 15%, com juros em queda e confiança em alta na reversão do expansionismo fiscal praticado em 1994.

Os dados para o nível de atividade do início do ano, entretanto, não serão animadores, pois a freada foi muito forte, e o governo perdeu uma boa oportunidade, na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 20 de dezembro, para reduzir drasticamente o IOF (por que não eliminar?) para empresas, desbastando a cunha fiscal que torna insuportáveis os juros para os tomadores de empréstimos. Com isso, crescerão desnecessariamente as pressões para que o Bacen promova um reflacionamento rápido da economia, e o custo dos empréstimos conspirará contra a saúde financeira dos devedores e dos credores.

No novo ano, o governo tem a oportunidade para iniciar de fato uma política econômica voltada para o crescimento econômico sustentado. Mas, para isso tem de livrar-se da retomada do expansionismo fiscal e do dirigismo da política de crédito. Este último foi renunciado na decisão do Conselho Monetário de usar recursos do compulsório para criar linhas especiais para a pequena e média empresa. Precisa ser revertida o quanto antes a ideia de que o crescimento econômico será dirigido

pelos burocratas em resposta aos lobbies que se enfileiram nos gabinetes e trocam favores privados por recursos públicos. O que o governo precisa fazer para as pequenas empresas é eliminar os impostos injustos, baixar o custo de contratação de mão-de-obra e restaurar a confiança no mercado de crédito, sem o que estará apenas restaurando práticas de alocação administrativa do crédito, que já provaram ser fontes de ineficiência, fortunas mal explicadas e concentração de poder político.

O próximo ano mostra-se, promissor, mas não sem riscos importantes, notadamente os que podem resultar da impaciência com a lentidão da recuperação do primeiro semestre, da pressão por maiores gastos e da tendência a mais dirigismo na política de crédito. Taremos provavelmente um crescimento moderado, semelhante em média ao deste ano. Mas como sempre, as médias são enganosas, e o padrão de crescimento deve ser o contrário do experimentado em 1995. Há outros riscos: eleições, e bancos estaduais não fazem boa combinação e, além disso, a inflação baixa vai continuar a ter um custo elevado para a classe média, para os governos e para todos os que encontravam no jogo inflacionário uma fonte de esperança e ilusão. Por enquanto, a inflação baixa e o frango barato é a realidade que sustenta politicamente o programa com o apoio dos desiludidos. A pressão política em sentido contrário virá dos que perderam os ganhos, ilusórios ou não, da alta inflação. O futuro do governo Fernando Henrique Cardoso depende, assim, de sua capacidade de arregimentar os beneficiários da estabilidade e do crescimento sustentado contra as pressões dos que, sem inflação, viraram sem-ilusão.